

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Exploração Sexual de Criança e Adolescentes

Fernanda Ferreira da Silva¹

RESUMO

O presente artigo, trata-se da problemática da Exploração Sexual de Criança e Adolescente, especificamente no capitalismo. Outra problemática apresentada está em refletir a afirmação de que há distinção entre exploração sexual e prostituição. Para dirimir algumas questões conceituais, desenvolveu-se metodologicamente uma pesquisa teórica, nas modalidades bibliográfica e documental. Com a pesquisa realizada, verifica-se que, desde o final do século XX, o capitalismo enfrentou alterações econômicas e sociais profundas em face da crise estrutural que afetou o cerne do sistema do capital e da sociabilidade burguesa, atingindo diversas dimensões da reprodução da vida social, o que requereu, por parte dos dirigentes capitalistas, a reestruturação produtiva e a viabilização do projeto neoliberal. Em 1990, é que a ESCA se tornou objeto de preocupação mundial, ganhando notoriedade nas agendas das políticas públicas nacionais e internacionais e, com isso, o Estado brasileiro passou a desempenhar ações sobre ela.

Palavras-chave: Exploração Sexual; Prostituição; Opressão; Teses configurativas.

ABSTRACT

This article deals with the issue of Sexual Exploitation of Children and Adolescents, specifically in capitalism. Another problem presented is to reflect the statement that there is a distinction between sexual exploitation and prostitution. To resolve some conceptual issues, a theoretical research was methodologically developed, in bibliographic and documental modalities. With the research carried out, it appears that, since the end of the 20th century, capitalism has faced profound economic and social changes in the face of the structural crisis that affected the core of the system of capital and bourgeois sociability, reaching several dimensions of the reproduction of life social, which required, on the part of the capitalist leaders, productive restructuring and the viability of the neoliberal project. In 1990, ESCA became an object of worldwide concern, gaining notoriety in the agendas of national and international public policies and, with that, the Brazilian State began to carry out actions on it.

Keywords: Sexual Exploitation; Prostitution; Oppression; Configurative theses.

¹ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Mestra e Doutoranda em Serviço Social. E-mail: nandinha.fsilva@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A exploração sexual de crianças e adolescentes expressa uma das formas de violência, nesse caso, a violência sexual, que se configura como uma “questão social”. As primeiras formas de violência praticadas entre os homens/mulheres nas sociedades de classes pré-capitalistas resultam das relações desiguais de produção da riqueza, e as formas de violências que expressam a “questão social” são traços indissociáveis do modo de produção capitalista.

Está produção, constitui a síntese da sistematização da pesquisa da pós-graduação *stricto sensu*, na modalidade de mestrado, realizada com o objetivo de apreender os fundamentos histórico-materiais da opressão, da exploração do gênero humano nas sociedades de classe, com o rebatimento particular nas mulheres, a fim de desvendar a problemática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCA) e a intervenção do Estado, no Brasil, no capitalismo contemporâneo. O Objetivo deste artigo é apresentar as modalidades da exploração sexual de criança e adolescente, e seus rebatimentos na operacionalização da intervenção.

A análise da problemática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é relevante para a sociedade, haja vista seu agravamento no final do século XX, conforme demonstram os dados de pesquisas mundiais e nacionais que revelam o aviltamento da condição humana pela violência praticada a esses indivíduos, em particular as mulheres. E também pela importância do Estado ter assumido nacional e internacionalmente, por intermédio de diversos mecanismos institucionais, a intervenção sobre a problemática.

Outro elemento que demonstra a importância do estudo acerca da referida problemática, está em refletir a afirmação de que há distinção entre exploração sexual e prostituição. No meio acadêmico, desenvolvem-se debates sobre o significado do termo “exploração sexual”. O correto seria denominar “prostituição infantil” ou “exploração sexual”? As palavras escondem significados históricos, pois,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ao fazer uma leitura rápida, elas escapam à percepção de quem as lê ou escreve. “Prostituição” é uma atividade sexual que surge nas sociedades antigas e pressupõe autonomia, maturidade biológica, psicológica e capacidade jurídica (SOARES DO BEM, 2005). Numa perspectiva acrítica, a categoria “prostituição” atribuída à criança e ao adolescente favorece a manutenção de tabus, de concepções moralizantes sobre a prostituição e a precarização do trabalho das profissionais do sexo. A associação da problemática vivida por crianças e adolescentes com a prostituição não é pertinente, haja vista serem pessoas em desenvolvimento, que não têm autonomia sobre si e nem capacidade de ofertar serviços sexuais.

Assim, para viabilizar esta pesquisa – responder à questão e atingir o objetivo geral –, metodologicamente, realizamos uma pesquisa teórica, na modalidade bibliográfica e documental, e também nos apropriamos de dados sistematizados da pesquisa de campo, realizada durante a experiência profissional, com vistas a sistematizá-los para realizar a análise. Teoricamente, foram assimilados os fundamentos da opressão, da exploração do trabalho nas sociedades como comunidade originária, escravista, feudal e capitalista, para capturar traços mais gerais que contribuíram para desvendar o fenômeno da exploração sexual feminina de criança e adolescente, isto é, do processo de mercantilização humana.

2 AS TESES EXPLICATIVAS SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL

A opressão e a exploração sexual de mulheres são uma das manifestações da violência de gênero mais perversa e persistente. Perversa, pois, corresponde à ordem patriarcal de gênero e, persistente, porque atravessou a história da humanidade e sobrevive até os dias atuais. A opressão e a exploração atingem mulheres em todas as fases de vida, e em todos os espaços sociais, sobretudo nas relações sociais de trabalho. Em contrapartida, a opressão e a exploração contribuem para a perpetuação de uma cultura violenta e patriarcal. E é nessa arena

PROMOÇÃO



APOIO





que a exploração sexual de criança e adolescente se efetiva como uma das expressões da opressão e exploração das mulheres na sociedade de classe do capitalismo.

Sendo a exploração sexual uma forma de violência, a pesquisa realizada se apoia teoricamente nas definições de Libório (2004) sobre as formas de violência²: estrutural, social, interpessoal e violação de direitos. A exploração sexual constitui uma problemática social que data da origem das sociedades de classes, produzindo um mercado, isto é, um comércio do sexo que gera lucro.

Historicamente, essa exploração sexual se mantém e se amplia com a complexidade do desenvolvimento capitalista em tempos de crise. Nessa perspectiva, convém salientar o pressuposto de que a problemática da exploração sexual e a questão econômica se articulam, constituindo um processo de mercantilização e de fetichização que envolve os aspectos econômico, social e sexual.

Existem duas teses explicativas sobre a problemática da exploração sexual: 1) Tese da criança/adolescente prostituída; 2) Tese da criança/adolescente explorada sexualmente, em que se inscrevem estudos de autores diversos. Na primeira tese, encontram-se os estudos de Heleieth Lara Bonglovani Saffioti (1987; 2004), Vicente de Paula Faleiros (2004) e o Código Processual Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940). De forma geral, predomina a apreensão da prostituição infantil como uma forma de subordinação, discriminação e rebaixamento da criança e do adolescente a uma coisa, a um objeto. A prostituição infantil implica a produção de lucro, do interesse econômico a partir da venda do corpo da criança

² Para Libório (2006, p.28-29), a violência estrutural deve ser entendida como inerente à própria forma de organização socioeconômica e política de uma determinada sociedade, em condições sociais e históricas definidas e cujo interior encontra-se a exclusão social, a influência da globalização e da imposição de leis do mercado. A violência social é aquela dirigida especificamente a determinados grupos sociais considerados como detentores de menor poder político, econômico e social no seio da sociedade, representadas pelas dimensões de gênero, raça/etnia e geração é outra grande protagonista nas histórias de vida de crianças e adolescentes envolvidas na exploração sexual. A violência interpessoal se concretiza no interior das relações interpessoais mais diretas, e pode ser de caráter intra e extrafamiliar, responde mais diretamente pelo processo de vulnerabilização de mulheres, crianças e adolescentes, expondo-os a contexto destituídos de proteção às necessidades mais elementares.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e do adolescente. Esta tese centra a análise no adultocentrismo nas relações entre adultos e crianças.

O Ministério dos Direitos Humanos procura contextualizar a exploração sexual partir da tese da criança/adolescente prostituída, como:

Exploração sexual no contexto da prostituição: É o contexto mais comercial da exploração sexual, normalmente envolvendo rede de aliciadores, agenciadores, facilitadores e demais pessoas que se beneficiam financeiramente da exploração sexual. Mas esse tipo de exploração sexual também pode ocorrer sem intermediários (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 42).

Essa primeira tese explica como o controle de um adulto, e/ou rede de prostituição sobre a exploração sexual – bordel, aliciadores, bares – pode envolver intermediário ou não. A prostituição infantil envolve a relação com adultos que exercem um poder sobre a criança e o adolescente, o qual será responsável pela exploração e se beneficiará diretamente com a venda do corpo da criança e ou adolescente ou também poderá ser o cliente.

Na segunda tese, os/as pesquisadores/as Maria Lúcia Pinto Leal (2011), Renata Maria Coimbra Libório (2004), Eva T. Silveira Faleiros (2004) e Arim Soares do Bem (2005) consideram a exploração sexual comercial de criança e adolescente como uma violência historicamente construída, uma violação dos direitos humanos, das normas jurídicas e uma situação de coerção psicológica e física. A exploração sexual compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ou por escambo. Nessa tese, a nomenclatura da exploração sexual infanto-juvenil está associada às diretrizes do ECA, especificamente ao Art. 5º, e engloba ainda, o tráfico e a venda de pessoas, redes de prostituição, todo tipo de intermediação e lucro com base na oferta e na demanda de serviços sexuais, o turismo sexual e a pornografia infantil.

Observando a diferenciação entre a condição da criança/adolescente prostituída e aquela explorada sexualmente apresentadas acima, aparenta estar bem delimitada a diferença de situações. Entretanto, ao se deparar com o problema na realidade, as metodologias utilizadas para capturar e explicar a exploração

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sexual demonstram fragilidades, uma vez que é uma problemática complexa e as teorias conseguem apenas se aproximar. A dificuldade em delimitar conceitualmente a categoria exploração sexual indica não só uma divergência semântica, como também teórica para explicitá-la.

Diante do exposto, entende-se que o fenômeno da exploração sexual é multifacetário e que sua apreensão não se captura pela reflexão de um ou dois elementos que o constitui, requer desvendar as múltiplas determinações das suas expressões. Em consonância com os argumentos de Francischini e Mello (2010), apreende-se a categoria exploração sexual de crianças e adolescentes a partir da definição proposta por Leal e Leal (2002) como “uma relação mercantilizada (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores)” (LEAL; LEAL, 2002, p. 157). Organizado em redes de comercialização local e mundial (mercado), ou por pais ou responsáveis legais, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda). Reafirma-se a exploração sexual de crianças e adolescentes enquanto uma das fontes de prazer e lucro por parte de adultos. Sendo o corpo considerado uma mercadoria e a moeda de troca não é apenas monetária, mas também o escambo. Meninas e meninos são oprimidos, persuadidos e/ou coagidos a trocarem sexo por valores ínfimos para receberem em troca abrigo, alimentação e roupas. Algumas vezes, até mesmo um intermediário (aliciador) lucra com esse comércio.

É no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo que se agravam as contradições do sistema do capital, o qual produziu uma crise estrutural em 1970, que se arrasta até os dias atuais, atingindo as esferas econômica, social e política. As respostas do capital a sua crise manifestas na reestruturação capitalista dos anos de 1980, incide sobre a vida de trabalhadores/as resultando no agravamento de desigualdades sociais, na configuração do desemprego estrutural, na precarização das condições e relações de trabalho provocadas pela produção flexível, na destituição de direitos sociais, na degradação da natureza e da vida humana em geral. Esse processo atinge, sobretudo, a classe trabalhadora, não só

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



a masculina, mas envolve o segmento feminino, refletindo na vida familiar e, conseqüentemente, nas relações sociais que envolvem crianças e adolescentes, em particular, ampliando os processos de exploração sexual em função da necessidade de garantia de sobrevivência.

A ESCA ocorre há séculos, mas foi no século XIX que ela se tornou uma instituição social gigantesca. O desenvolvimento da indústria, com vasta massa populacional no mercado competitivo, o crescimento e o congestionamento das grandes cidades, a insegurança e incerteza do emprego, todos esses fatores deram ao mercado do sexo um impulso nunca antes sonhado em nenhum período da história humana. A ESCA é um fenômeno que ocorre nacional e internacionalmente e tem mobilizado diversos sujeitos sociais, no sentido de discutir estratégias para o enfrentamento dessa cruel forma de opressão e exploração contra crianças e adolescentes.

Conforme Soares do Bem (2005), encontra-se, na história das sociedades, formas arcaicas e modernas de organização do “trabalho” dito sexual, que de acordo com a conjuntura adquirem significados e interpretações diferentes. Quantificar esse fenômeno é bastante difícil, pois sua manifestação, não é explícita, muitas vezes, nem realizada publicamente, e sua interface com atividades fora da legalidade dificultam seu dimensionamento na realidade brasileira e regional. Somado a isso, observa-se que ainda há pouco conhecimento sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes e seus determinantes, o que resulta numa interpretação simplista da sociedade de que moças, rapazes e crianças que se encontram em tal situação escolheram viver da comercialização de seus corpos.

É a partir da crise estrutural do sistema capital que a análise da exploração sexual comercial de criança e adolescente se situa. Todavia, convém ressaltar que a exploração e opressão não aparecem apenas como desdobramentos das crises, mas, sobretudo, com a constituição das sociedades de classe, com a propriedade privada. As condições econômicas vinculadas à distribuição desigual de riqueza, as relações internacionais que envolvem os centros hegemônicos e os países

PROMOÇÃO



APOIO

periféricos com economia dependentes são determinantes estruturais que podem aumentar o índice da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A essa discussão acrescenta-se a importante colaboração do Relatório CECRIA³ (1997), por expor as condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, que possibilitam explicar a exploração sexual de modo mais abrangente. E, também, quando salienta a desigualdade social no que se refere à pobreza, aos aspectos étnico-raciais/de gênero e à violência. Esses aspectos favorecem, de forma direta e indireta, o ingresso de crianças e adolescentes no processo de exploração sexual. No entanto, são as condições de pobreza que tanto favorece a expansão do turismo sexual, quanto a exploração por agenciadores/redes, a gerar a prostituição e a situação de rua. Outros problemas como o alcoolismo, o machismo, também contribuem para produzir os maus-tratos e o abuso sexual de crianças e adolescentes.

Sobre os condicionantes estruturais, o relatório apoia-se na obra de Vicente Faleiros (2004) quando se dedica a problematizar as condições de vida da população, especificamente, de crianças e adolescentes, para pensar e delimitar estratégias que venham coibir o fenômeno da ESCA. Nesse contexto, CECRIA aponta (1997) que,

[...] é fundamental considerar as condições de vida da população em geral, e mais concretamente, da população infanto-juvenil. Esses condicionantes estruturais colocam ou aumentam o risco da exploração e do abuso sexual de crianças e adolescentes. A melhoria da situação socioeconômica das famílias, e a garantia de políticas e serviços sociais, são mediações para diminuir o risco da exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes (CECRIA, 1997, p. 5).

É necessário sublinhar com essa afirmação que a problemática da ESCA é multifacetária, envolve questões estruturais que agravam os determinantes históricos da exploração sexual. A reflexão apresentada pelos seus formuladores no relatório demonstra que as mediações necessárias para enfrentar a exploração

³ Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA). Este relatório é resultado de pesquisa e estudo realizados pelo CECRIA, com o apoio da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/Departamento da Criança e do Adolescente/Ministério da Justiça do Brasil.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



sexual de crianças e adolescentes se dá com a implementação de políticas sociais, as quais devem considerar os aspectos socioeconômicos e os serviços sociais. Todavia, é preciso salientar que, com o agravamento da crise econômica e avanço das políticas neoliberais, em 1980, no Brasil, as políticas sociais públicas são impactadas e reduzidas, produzindo a retração do Estado na esfera social. Com efeito, as famílias sofrem com esse impacto, ampliando sua condição de pauperização em face do avanço do desemprego, subemprego e das diversas expressões da violência. Aumenta e agrava o índice de famílias que não dispõem de meio para suprir suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde, dentre outras. Sobre esses elementos, o relatório salienta que

Essa desigualdade mostra a incapacidade brasileira em incorporar sua população na cidadania, na garantia de direitos políticos, civis e sociais. Estamos longe da incorporação da população nos direitos sociais e a tendência neoliberal é de agravar a exclusão. Se grande parte dos trabalhadores não tem carteira assinada, com as novas políticas de se institucionalizar o trabalho precário, os trabalhadores nem sequer poderão se reconhecer com a identidade de trabalhador. Serão excluídos e talvez vistos pela polícia como vagabundos, transformados de vítimas em réus. Nessa estrutura é que se produz o que denominamos “a fabricação do menor”, ou seja, o processo de pauperização e de exclusão de milhões de crianças e de adolescentes das condições de vida, de relações sociais significativas e de políticas sociais básicas (CECRIA, 1997, p. 6).

Nessa exposição, enfatiza-se a incapacidade dos estados brasileiros em garantir acesso a direitos, principalmente em face do avanço do neoliberalismo, da desigualdade social, elementos que repercutem diretamente na vida das crianças e adolescentes. Os efeitos dessa tríade sobre as condições de vida das crianças e dos adolescentes tornam-se ainda mais agudos impulsionando-as a venda de seus corpos, com maior incidência para as crianças e adolescentes do sexo feminino, configurando a desigualdade sexual.

As desigualdades de gênero aparecem no relatório do CECRIA (1997), quando se destaca a existência de uma supremacia masculina, em que a mulher é considerada propriedade do homem e o sexo como uma troca de bens. Outro elemento é a naturalização do abuso sexual de criança e adolescente por meio do

PROMOÇÃO



APOIO





turismo sexual. Um dos argumentos para legitimar a prática ilegal é “que estão ‘ajudando’ a melhorar as condições de vida de mulheres e crianças em situação de prostituição” (CECRIA, 1997, p. 5).

A problemática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, conforme o relatório, evidencia relações desiguais de gênero, produzindo uma representação estereotipada das meninas como sendo um objeto sexual e seus corpos como mercadorias à disposição do cliente (no caso o homem), que seleciona o tipo de criança e/ou adolescente que quer manter relações sexuais. Outro elemento oriundo da desigualdade de gênero é a divisão desigual das responsabilidades familiares, haja vista, que as adolescentes que são mães são impulsionadas a continuar a vender seus corpos para garantir o sustento dos/as filhos/as⁴ e contribuir com as despesas da casa. Soma-se a essa relação, as marcas de autoritarismo que se manifesta nas relações adulto/criança. O relatório do CECRIA (1997, p. 9) afirma que “Desta forma, a criança e o adolescente não têm sido considerados sujeitos, mas objeto da dominação dos adultos, tanto através da exploração de seu corpo no trabalho, quanto de seu sexo e da sua submissão”.

O CECRIA (1997) refere-se às modalidades da exploração sexual em cinco dimensões: 1) O abuso sexual intrafamiliar⁵. Este favorece a saída das crianças e das/os adolescentes para as ruas (situação de rua) e o ingresso da venda de seus corpos; 2) A exploração da criança e do adolescente em ambientes como boates, bares, prostíbulos fechados e mercado regionalizados com atividades econômicas,

⁴ No exercício das atividades, enquanto assistente social com vítimas de exploração sexual comercial de criança e adolescente no SESI-AL, identificamos que os filhos dessas adolescentes, em sua maioria, não tinham o nome do pai no registro de nascimento. E, indagando-as no atendimento individual, elas disseram que muitas crianças eram frutos dos programas realizados, mas não sabiam quem era o genitor. Esta informação nos despertou outra preocupação: as condições de saúde dessas adolescentes, pois não usavam preservativos nas relações sexuais.

⁵ O abuso sexual é uma relação sexual sem consentimento da vítima, e caracteriza como uma das formas mais perversas de violência sexual. O abuso sexual intrafamiliar é quando ocorre no ambiente doméstico e o agressor convive com a vítima (algum membro da família). Já o abuso sexual extrafamiliar o agressor é uma pessoa fora do círculo familiar, mas isso não significa que a vítima não o conheça. Muitos casos denunciados referenciavam vizinhos e amigos da família. Sobre o indicador do abuso sexual intrafamiliar ser uma das manifestações da ESCA, o relatório da UNICEF (2006, p. 57) destaca que a violência intrafamiliar ou extrafamiliar não é, em si, determinante do ingresso da criança ou do adolescente nas redes de exploração sexual comercial, mas se trata, sem dúvida, de um fator de vulnerabilização.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

como extrativistas em garimpos. Nessa dimensão, depara-se com o agravamento das condições de vida das crianças e adolescentes, pois ocorrem leilões de virgindades, venda, tráfico, mutilações, desaparecimento e até mesmo morte; 3) Violência sofrida pelas crianças e adolescentes que estão em situação de rua. A rua favorece mais violência e violação dos direitos desses sujeitos sociais, que buscam como alternativa a venda de seus corpos em troca de alimentos, roupas, dinheiro para a sua sobrevivência; 4) Turismo sexual e a pornografia. Essa dimensão se dá, principalmente, em região que dispõem do turismo como atrativo. E nessa relação do turismo sexual envolve-se desde o turista, passando pelos agentes de viagens, taxistas, até agentes públicos; e, por último, o 5) Turismo náutico. Essa dimensão corresponde às regiões de rios, e os consumidores da exploração sexual de criança e adolescentes, que é, na maioria, a população local. Na verdade, essas formas de manifestação da exploração sexual refundam a tendência já historicamente constituída, visto que em algumas regiões se manifestam com maior ou menor intensidade.

A diversidade das modalidades da exploração sexual de crianças e adolescentes, descrita pelo CECRIA nos leva a destacar a afirmação de Leal (2011) de que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes resulta de uma relação mercantil (exploração/ dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global, ou por pais ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda). Desse modo, a problemática tem suas raízes na estrutura das sociedades de classes, agravando-se no capitalismo contemporâneo, cuja dinâmica do capital em crise permite apreender o impacto da sua dimensão regressiva sobre as condições de trabalho e de reprodução social dos trabalhadores. A ESCA se manifesta desse modo, de maneira complexa, com várias interfaces.

Acresce a essa análise o estudo realizado pela UNICEF (2006) que identificou que as modalidades de exploração sexual comercial se realizam por meio

PROMOÇÃO



APOIO



das redes de prostituição, pornografia, turismo sexual e o tráfico para fins de exploração sexual. Esse estudo categorizou cada modalidade:

Prostituição infantil – As crianças e os adolescentes, por estarem submetidos às condições de vulnerabilidade e risco social, são considerados prostituídas(os) e não prostitutas(os). A prostituição consiste em uma relação de sexo e mercantilização e em um processo de transgressão. [...] Essa forma de troca de favores sexuais converte a pessoa prostituída em produto de consumo, organizado em razão dos princípios econômicos de oferta e da demanda.

Pornografia infantil – a pornografia infantil é considerada pelos especialistas como “todo material audiovisual utilizando crianças num contexto sexual” ou, segundo a INTERPOL, é “a representação visual da exploração sexual de uma criança, concentrada na atividade sexual e nas artes genitais dessa criança”, “uma exposição sexual de imagens de crianças, incluindo fotografias de sexo explícito, negativos, projeções, revistas, filmes, vídeos e discos de computadores”.

Turismo sexual – turismo sexual é a exploração de crianças e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão, de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagens, além da tradicional cafetinagem.

Tráfico – De acordo com a atual legislação brasileira, o tráfico é a promoção da saída ou entrada de crianças/adolescentes do território nacional para fins de prostituição (UNICEF, 2006, p. 56).

Segundo a UNICEF, a exploração sexual comercial inclui as formas de violência sexual nas modalidades da “prostituição infantil⁶” [grifo nosso], pornografia infantil, turismo sexual e o tráfico e a venda de pessoas para a obtenção de lucro com base na oferta e na demanda de serviços sexuais da criança e do adolescente. A ESCA atinge diretamente o gênero feminino, embora se observe a presença forte de meninos⁷ envolvidos nessa problemática. Além desses elementos, Leal (2011)

⁶ A categoria teórica exploração sexual não é uniforme, frente a essa não uniformidade alguns autores consideram as crianças em situação de prostituição, e outros em situação de exploração.

⁷ Cabe ainda considerar a existência de assimetria entre os meninos heterossexuais que vivem em situação de exploração sexual e os meninos homossexuais, travestis e transexual. No primeiro caso estes são considerados como o “pegador”, “o gostoso” e a quantidade de programa que realizam são relacionados à dimensão de “sedução”. Enquanto os meninos homossexuais, travestis e transexual são assemelhados às meninas e recebem

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

explica que outros se articulam a essa problemática tais como: “aspectos culturais, quadros jurídico-normativos, práticas de violências baseadas em relações de poder desigual entre gênero, raça, etnia e orientação sexual, situações de conflito de guerra e crime organizado” (2011, p. 3). Esses aspectos tornam a mulher mais suscetível à mercantilização do seu corpo.

De modo similar, Diniz (2009) *apud* Bento (2017, p. 134) salientam os determinantes “de classe e de raça/etnia [que] estruturam a compreensão da opressão/dominação das mulheres em nossa sociedade”. A pesquisadora destaca que o sistema patriarcal consagra a dominação masculina, engendra violências e exclusões e imprime ao capitalismo contemporâneo um viés extremamente sexista. Assim, é possível perceber a conexão do capitalismo contemporâneo e do patriarcado, ambos se fortalecem para manter uma parcela das mulheres em situação de inferioridade em relação ao homem, com desvalorização e desigualdade cultural, social, econômica e política, associadas à invisibilidade dos seus trabalhos e à mercantilização de seus corpos. Ao se associar as relações patriarcais às manifestações da exploração sexual na vida de crianças e adolescentes se fortalece a cultura hegemônica na ordem capitalista, que reproduz a desigualdade entre homem e mulher e as formas de violência como uma construção natural das relações humanas.

3 CONCLUSÃO

A exploração sexual comercial de criança e adolescente é produto das relações contraditórias da sociedade de classe, e se reveste num processo pelo qual se desumaniza as vítimas, transformando-as em mercadoria, em objeto. Os corpos das crianças e dos adolescentes são subjugados e passam a ser instrumentos de prazer. Diante dessa outra problemática, como exigir dos seus responsáveis legais a obrigatoriedade de realizar a denúncia? Outro elemento a ser

uma conotação pejorativa, são estigmatizados/as e reduzidos/as à prostituição, como tivessem escolhido estar nessa condição. Quantificar os meninos heterossexuais que estão na condição de explorado sexualmente é desafiador, visto que a mercantilização do corpo infanto-juvenil é um crime, e ainda se depara com a ideia machista que aos homens heterossexuais cabem ter uma diversidade de mulheres.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



revisado, problematizado na operacionalização das políticas e programas, é a tese que iguala exploração sexual com prostituição infanto-juvenil. Essa revisão contribuirá para a uniformização das informações; aplicação da lei, conforme a expressão da violência; e os tipos de encaminhamentos e atendimentos que serão realizados pelos profissionais dos serviços e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, subsidiar movimentos sociais para o exercício do controle social dessas políticas.

A exploração sexual é, desse modo, um problema complexo, que requer um conjunto de mediações para apreendê-la, pois incide em várias esferas da vida em sociedade. Nessa lógica, encontra-se a regulação da sexualidade feminina e sua contraface, o direito de acesso dos homens ao corpo da mulher, sem restrição. E, quando esse acesso sem restrição envolve criança e adolescente, tem consequências graves. Avilta, violenta estruturalmente a condição de ser humano, com implicações severas: físicas, psicológicas e sexuais para a história de vida dos sujeitos, vítimas da exploração sexual. No entanto, convém salientar, a despeito dos limites do Estado e da legislação social que protege as vítimas, que a ESCA adquiriu uma dimensão mundial nos países periféricos e centrais em função da crise estrutural contemporânea, o que requereu contraditoriamente do Estado constituir um aparato institucional – organizações, programas, projetos sociais que possam responder com ações protetivas às violações sofridas por mulheres, crianças e adolescentes.

Por fim, a opressão e a exploração sexual de mulheres representam uma das formas mais perversas e persistentes da violência de gênero. Essas formas de violência mataram mulheres em todas as esferas da vida e criaram para a perpetuação de uma cultura violenta e patriarcal. A exploração sexual de crianças e adolescentes, nesse contexto, representa uma das manifestações mais alarmantes da opressão e exploração das mulheres na sociedade capitalista. Compreender essas questões é essencial para promover a igualdade

PROMOÇÃO



APOIO



REFERÊNCIAS

BENTO, Elbênia Neris da Silva. **E se a puta fosse você? O debate da prostituição feminina no Brasil** – entre autonomia e violência. 2017. 180f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais)– Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <http://www.uern.br/controldepaginas/ppgssd-dissertacoes/arquivos/2528elba%C5%A1nia.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CENTRO de referência, estudos e ações sobre crianças e adolescentes (CERCRIA). Fundamentos e políticas contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. **Relatório de Estudo**. Brasília: 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. O fetichismo da mercadoria na exploração sexual. *In*: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (Org.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 51-72.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. Exploração sexual infanto-juvenil. *In*: CAPACITAÇÃO DOS GESTORES, TÉCNICOS E DOCENTES DO PROJETO VIRAVIDA EM ALAGOAS, 1, 2012, Maceió. **Anais**. Brasília: CECRIA, 2011. p. 1-22.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**: uma análise do ponto de vista do mercado e consumo. Brasília: UNB, 2011.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Globalização e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Save the Children, 2003.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. *In*: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (Org.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 19-51.

MARX, Karl. **O capital**: crítica a economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1996. Tomo 2. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. **A mercadoria**. Trad. Jorge Grespan. São Paulo: Ática, 2006. 88p. (ensaios comentados).

UNICEF. **Direitos negados**: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil. Helena Oliveira (Coord.). 2. ed. Brasília: UNICEF, 2006.